

FIOTEC - Ref. 4252/05

CONVÊNIO

(ENCOMENDA VERTICAL)

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
- FINEP INSTRUMENTO CONTRATUAL
CÓDIGO N.º

0 11 106 10071 100

I – PARTICÍPEIS

I.1 – CONCEDENTE

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com sede em Brasília, Distrito Federal e escritório nesta Cidade, na Praia do Flamengo, n.º 200 - Parte, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.749.086/0001-09, por seus representantes legais ao final qualificados, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

I.2 – CONVENENTE

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE - FIOTEC, situada à Avenida Brasil, n.º 4036, sala 1013/1015, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21040-361, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.385.669/0001-74, por seus representantes legais ao final qualificados.

I.3 – EXECUTOR

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA – ENSP, situada à Rua Leopoldo Bulhões, n.º 1480, 3º andar, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21041-210, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0011-07, por seus representantes legais ao final qualificados.

II – OBJETO

Transferência de recursos financeiros, pelo **CONCEDENTE** ao **CONVENENTE**, para a execução do Projeto intitulado “**ESTUDO LONGITUDINAL DE SAÚDE DO ADULTO – RIO DE JANEIRO**”, doravante denominado **PROJETO**, descrito no PLANO DE TRABALHO, o qual integra este Convênio, independentemente de qualquer transcrição.



FIOTEC - Ref. 4252/05

III – AUTORIZAÇÃO

Decisão da Diretoria Executiva do **CONCEDENTE** n.º 1903, de 16/12/2005, Referência **FINEP** n.º 4252/05.

IV – INSTITUIÇÃO COLABORADORA

1- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ, situada à Rua São Francisco Xavier, n.º 542, sala T 037, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20550-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.540.014/0001-57.

V – RECURSOS

V.1 – CONCEDENTE

- a) **VALOR:** até **R\$ 2.786.150,06** (dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta reais e seis centavos), internalizados através da PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - PTF n.º 044/05, consoante a autorização contida na Resolução da Diretoria Executiva n.º 503, de 12/12/2005.

a-1) Recursos destinados a aporte direto ao CONVENIENTE:

até **R\$ 2.514.217,94** (dois milhões, quinhentos e quatorze mil, duzentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos);

- a.1.1) Do valor mencionado no item “a” supra, a importância de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) é referente a “despesas operacionais e administrativas de caráter indivisível”, conforme artigo 10 da Lei 10.973, de 02/12/2004, regulamentado pelo artigo 11 do Decreto 5.563/05.

a-2) Recursos destinados a Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico:

até **R\$ 271.932,12** (duzentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e dois reais e doze centavos), a serem transferidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, mediante convênio específico, para o custeio das bolsas relacionadas no anexo, o qual integra o presente instrumento, cuja implementação está condicionada ao atendimento dos requisitos estabelecidos por aquele Conselho.

- b) **FONTE:** recursos do PTF 044/05- Chamada Multicêntrico em Cardio e Diabetes e FINEP / Fundo Nacional de Saúde.

Com relação às fontes, do valor aprovado no montante de **R\$ 2.786.150,06** (dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta reais e seis centavos), 50% deverá ser coberto com recursos do Fundo Nacional de Saúde e 50% com recursos do Fundo Setorial de Saúde. Tendo em vista que os recursos do Fundo Nacional de Saúde não podem ser utilizados



FIOTEC - Ref. 4252/05

para pagamento de bolsas, as mesmas deverão ser cobertas com recursos dos Fundos Setoriais, que terão a seguinte composição: **R\$ 271.932,12** (duzentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e dois reais e doze centavos) – bolsas + **R\$ 1.121.142,91** (hum milhão, cento e vinte e um mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e um centavos) – projeto = **R\$ 1.393.075,03** (hum milhão, trezentos e noventa e três mil, setenta e cinco reais e três centavos).

- c) **LIBERAÇÃO:** o **CONCEDENTE** efetuará a transferência de recursos financeiros, conforme Cronograma de Desembolso contido no **PLANO DE TRABALHO**, respeitadas as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras e observando, no que couber, o disposto na Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, combinado com o disposto no Decreto n.º 93.872, de 23.12.1986 e na Instrução Normativa n.º 01, de 15.01.1997, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) Os recursos financeiros correrão à conta da discriminação orçamentária constante do anexo I deste instrumento, ao qual faz-se menção, como se aqui transcrito estivesse.

VI – PRAZOS

VI.1 – VIGÊNCIA DO CONVÊNIO E EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO PROJETO: até 36 (trinta e seis) meses, a partir da data da assinatura do Convênio.

VI.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: até 60 (sessenta) dias contados da data do término da vigência, quando deverá ser feita a prestação de contas final, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN.

VII – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

VII.1 – O CONCEDENTE se obriga a:

- a) transferir os recursos financeiros e realizar a classificação funcional-programática e econômica das despesas relativas a exercícios futuros, por meio de apostilamento de empenhos ou notas de movimentação de crédito;
- b) formalizar em documento próprio, contendo o registro dos respectivos empenhos ou notas de movimentação de crédito, os recursos financeiros alocados em exercícios futuros, os quais correrão à conta dos orçamentos respectivos;
- c) prorrogar, de ofício, a vigência deste Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de tempo correspondente ao do atraso verificado;




FIOTEC - Ref. 4252/05

- d) analisar e emitir parecer sobre os aspectos técnicos e financeiros das prestações de contas apresentadas pelo **CONVENIENTE**;
- e) decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos por este Convênio.

VIII – OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE / EXECUTOR

VIII.1 – Além da obrigação de apresentação das Prestações de Contas previstas neste instrumento, o **CONVENIENTE** se obriga a:

- a) designar, formalmente, o responsável pela apresentação das Prestações de Contas;
- b) depositar e movimentar os recursos transferidos por este Convênio em conta(s) bancária(s) específica(s) nas instituições financeiras elencadas no art. 18 da IN 01/97 da STN ou informar ao **CONCEDENTE** a UG/GESTÃO, para que seja efetuado o repasse das verbas, caso integre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e ainda, aplicar os referidos recursos no mercado financeiro;
- c) cumprir o PLANO DE TRABALHO do PROJETO;
- d) utilizar os recursos desembolsados pelo **CONCEDENTE**, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do PROJETO;
- e) permitir a utilização dos bens adquiridos no âmbito do PROJETO, pelo **CONCEDENTE** ou por instituição por ele indicada, para fins científicos e tecnológicos, durante o período de vigência deste Convênio;
- f) manter em arquivo exclusivo disponível para o **CONCEDENTE**, pelo prazo de cinco anos, registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros a que se refere a cláusula PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA E FINANCEIRA deste instrumento, de acordo com as normas estipuladas na legislação em vigor e no presente Convênio, adequados para o acompanhamento e avaliação físico-financeira do PROJETO;
- g) apresentar ao **CONCEDENTE**, sempre que solicitado, o comprovante do recolhimento dos impostos e encargos sociais;
- h) remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais;




FIOTEC - Ref. 4252/05

- i) restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Convênio, o eventual saldo financeiro remanescente atualizado;
- j) restituir ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação expedida pelo **CONCEDENTE**, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, quando:
 - (i) não for executado o objeto pactuado;
 - (ii) não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas;
 - (iii) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- l) afixar destacadamente, em lugar visível de seu estabelecimento, em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do PROJETO, o apoio financeiro do **CONCEDENTE** e do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, através de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, a serem fornecidos pelo **CONCEDENTE**, e a respectiva fonte de recursos, especialmente no caso de:
 - (i) seminários e eventos científicos e tecnológicos;
 - (ii) publicações técnicas e científicas em revistas especializadas;
 - (iii) relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico.
- m) caso haja divulgação do PROJETO via *Internet*, inserir um ícone com o logotipo do **CONCEDENTE** e do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, que faça o *link* para acesso à *homepage* do **CONCEDENTE**. O logotipo está disponível na página da FINEP na *Internet* (www.finep.gov.br).
- n) somente contratar obras, compras, serviços e alienações com os recursos oriundos da **CONCEDENTE**, mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente. Para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o emprego da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica. (Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005)

VIII.2- O EXECUTOR se obriga a :

- a) cumprir o PLANO DE TRABALHO do PROJETO;



FIOTEC - Ref. 4252/05

- b) utilizar os recursos desembolsados pelo **CONCEDENTE**, bem como os rendimentos das aplicações financeiras, exclusivamente na execução do PROJETO;
- c) permitir a utilização dos bens adquiridos no âmbito do PROJETO, pelo **CONCEDENTE** ou por instituição por ele indicada, para fins científicos e tecnológicos, durante o período de vigência deste Convênio;
- d) remeter, dentro de 30 (trinta) dias, contados das respectivas alterações, as informações relativas à mudança de seus atos constitutivos e de designação de novos representantes legais;
- e) afixar, destacadamente, em lugar visível de seu estabelecimento, em todos os materiais de divulgação resultantes da execução do PROJETO, o apoio financeiro do **CONCEDENTE**, através de placa conforme modelo, dimensão e inscrição, a serem fornecidos pelo **CONCEDENTE**, e a respectiva fonte de recursos, especialmente no caso de:
 - (i) seminários e eventos científicos e tecnológicos;
 - (ii) publicações técnicas e científicas em revistas especializadas;
 - (iii) relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio, inclusive magnético ou eletrônico.
- f) caso haja divulgação do PROJETO via *Internet*, inserir um ícone com o logotipo do **CONCEDENTE** e do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, que faça o *link* para acesso à *homepage* do **CONCEDENTE**. O logotipo está disponível na página da FINEP na *Internet* (www.finep.gov.br).

IX – BENS E SERVIÇOS

IX.1 – A aquisição de bens e serviços no mercado nacional ou no mercado externo (importação) deverá ser feita pelo **CONVENIENTE E/OU EXECUTOR(ES)** com estrita observância da legislação aplicável à matéria, especialmente no que se refere ao art. 30 da IN n.º 01/97 da STN, bem como das especificações técnicas e das quantidades aprovadas no PROJETO;

IX.2 – Os bens materiais adquiridos com recursos liberados pelo **CONCEDENTE** deverão ser registrados no patrimônio do **CONVENIENTE**, como “Bens de Terceiros – Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP/FNDCT/UNIÃO FEDERAL”, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se efetivar o recebimento, sendo que o **CONCEDENTE**, desde já, autoriza o **CONVENIENTE** e/ou **EXECUTOR** a utilizá-los e a mantê-los em sua guarda, ficando estipulada a obrigação do **CONVENIENTE** de conservá-los e não aliená-los.

JRG





FIOTEC - Ref. 4252/05

IX.3 – Na data da conclusão ou término deste instrumento, o **CONCEDENTE**, detentor do direito de propriedade dos bens materiais remanescentes que, em razão do PROJETO, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, poderá, a seu único e exclusivo critério, doá-los ao **CONVENIENTE**, e/ou **EXECUTOR**, sempre que necessário para assegurar a continuidade das pesquisas a serem realizadas em prol do interesse público, em programa governamental.



IX.4 – O **CONVENIENTE**, deverá, tanto em relação aos bens adquiridos diretamente, quanto àqueles recebidos do **CONCEDENTE**:

- a) [manter seguro com empresas idôneas] em valores consistentes com as práticas comerciais adequadas, que cubra riscos decorrentes da aquisição, transporte, remessa e uso dos bens financiados, devendo qualquer indenização ser paga em moeda nacional e destinada à reposição dos mesmos;
- b) comunicar ao **CONCEDENTE**, imediatamente, qualquer dano que os referidos bens vierem a sofrer;
- c) assegurar a adequada operação dos bens adquiridos, promovendo a execução dos reparos e substituições necessárias, e arcar com todas as despesas referentes ao transporte, guarda, conservação, manutenção e recuperação, sem que lhe caiba direito a retenção ou a qualquer indenização;
- d) informar ao **CONCEDENTE** a devolução de quaisquer bens, em razão da conclusão do PROJETO ou da sua não utilização;
- e) em caso de furto ou de roubo do bem, promover o registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência ao **CONCEDENTE** e diligenciando para que se proceda a investigação pertinente.

X - CONFIDENCIALIDADE, TITULARIDADE E PARTICIPAÇÃO NA CRIAÇÃO INTELECTUAL

X.1 – O **CONVENIENTE** comunicará ao **CONCEDENTE**, durante e após a vigência do presente Convênio, os resultados alcançados pelo PROJETO, passíveis de obtenção de proteção legal, no âmbito da legislação de propriedade intelectual, ou de licenciamento a terceiros, devendo ser informado ao **CONCEDENTE**, caso seja efetuado o respectivo registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, ou em outro órgão competente, ficando desde já acordado que inventores ou autores terão seus nomes reconhecidos em todas as patentes.

X.2 – Todos os resultados, conhecimentos e informações gerados na execução do PROJETO serão tratados como confidenciais pelas partes envolvidas, mediante a celebração de instrumento contratual específico de que trata a cláusula **X.4** para

JRQ



FIOTEC - Ref. 4252/05

regulamentar as condições de confidencialidade, durante e após a vigência deste Convênio.

X.3 – Não serão tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS:

- a) aquelas que comprovadamente forem de conhecimento dos partícipes antes de sua aplicação no Projeto;
- b) as obtidas por qualquer dos partícipes de fonte própria e independente;
- c) aquelas que tenham se tornado de conhecimento público de outra forma que não por meio dos partícipes, e
- d) aquelas cuja divulgação se tornem necessárias:

d.1) para a obtenção de autorização governamental para comercialização dos resultados do Projeto;

d.2) quando exigida por lei ou quando necessária ao cumprimento de regulamentos governamentais.

X.4 – Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer criação desenvolvida com os recursos repassados em virtude do presente Convênio serão disciplinados em acordo específico a ser apresentado ao **CONCEDENTE durante a execução do PROJETO.**

X.4.1 – Os direitos de comercialização, uso da propriedade intelectual, sua licença e cessão para terceiros, bem como os termos de apropriação dos resultados patenteáveis, ou não, serão definidos em instrumento contratual a ser celebrado entre o **CONVENIENTE, EXECUTOR e COLABORADOR, com a anuência do **CONCEDENTE**, devendo este ser registrado no órgão competente.**

X.4.2 – O **CONCEDENTE poderá impedir motivadamente, a celebração de quaisquer contratos que prevejam a cessão total ou parcial dos direitos de comercialização e uso dos resultados, conhecimentos e informações geradas pelo PROJETO, durante o prazo de proteção legal, sempre que a seu juízo a referida cessão puder contrariar o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.**

X.4.3 – O **CONCEDENTE poderá impedir, também, que os resultados, conhecimentos e informações geradas pelo PROJETO sejam licenciados, assegurando a qualquer das partes envolvidas exclusividade no seu uso e na sua comercialização.**

X.5- Todos os dados, informações, tecnologias, biotecnologias, microorganismos, programas de computador, procedimentos e rotinas existentes anteriormente à

JRQ
8
JURÍDICO

FIOTEC - Ref. 4252/05

decorrente de eventuais ações judiciais porventura interpostas com o objetivo da criação de tais vínculos.

XI.7 - A liberação da segunda parcela estará condicionada à apresentação do seguinte documento:

- Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.

XI.8 - A liberação dos recursos destinados a realização de obras fica condicionada à apresentação:

Beto
- do projeto básico das obras e instalações, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, a obra ou instalação objeto do convênio, sua viabilidade técnica, custo, fases ou etapas e prazos da execução, devendo conter os elementos discriminados no inciso IX do artigo 6º da Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993.

- da comprovação do exercício pleno da propriedade do imóvel, mediante certidão de registro no cartório de imóvel, bem como declaração da inexistência de qualquer óbice a execução das obras e instalações.

XII – SUSPENSÃO DAS LIBERAÇÕES

Sem prejuízo da denúncia ou rescisão do presente Convênio, o **CONCEDENTE** poderá suspender as liberações, nas seguintes hipóteses:

- a) alteração do objeto ou das metas do Convênio;
- b) utilização dos recursos recebidos em finalidades ou itens de despesa diferentes dos estabelecidos no PROJETO, ainda que em caráter de emergência;
- c) atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos a datas anteriores à assinatura do Convênio;
- d) realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- e) transferência dos recursos recebidos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- f) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos

JPA



FIOTEC - Ref. 4252/05

ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

XIII – PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA E FINANCEIRA

XIII.1 – As prestações de contas deverão ser apresentadas ao **CONCEDENTE**, conforme os prazos estabelecidos na cláusula PRAZOS deste instrumento, nos termos da legislação que rege o presente Convênio, em especial, Instrução Normativa n.º 01/97, de 15.01.97, da STN e Lei n.º 8.666, de 21.06.93, segundo os roteiros que vierem a ser apresentados pelo **CONCEDENTE**, sendo compostas pela documentação específica a seguir relacionada:

- a) relatório da execução física e financeira efetivamente realizada no período;
- b) demonstrativo da execução da receita e despesa evidenciando os recursos recebidos a título de transferência e dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, bem como os saldos respectivos;
- c) relação de pagamentos efetuados, identificando o fato gerador da despesa, seu valor e o número da respectiva nota fiscal ou documento similar;
- d) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio identificando o fato gerador da despesa; seu valor e o número da respectiva nota fiscal ou documento similar;
- e) extrato da conta bancária do período abrangido pela prestação de contas e, quando for o caso, extrato das contas de aplicações financeiras, acompanhados da respectiva conciliação bancária;
- f) cópia do Termo de Aceitação Definitiva da Obra, quando se tratar de execução de obra ou serviço de engenharia, e;
- g) cópia do despacho adjudicatório e de homologação das licitações realizadas ou as justificativas para a inviabilidade de utilização do pregão, para a sua dispensa ou Inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, mais cópia do ato de ratificação da dispensa ou Inexigibilidade exarado pela sua instância máxima de deliberação.

XIII.2 – A liberação dos recursos pertinentes a terceira parcela ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada, composta da documentação especificada nos itens III a VII do art. 28 da Instrução Normativa n.º 01/97, de 15.01.97, da STN, e assim sucessivamente. Após a aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas do total de recursos recebidos.

JRG



FIOTEC - Ref. 4252/05

XIII.3 – A Prestação de Contas Final do total de recursos recebidos, e ainda não comprovados, será constituída pela complementação dos documentos relacionados no item **XIII.1** acima acompanhados de Relatório Técnico Final, demonstrando o cumprimento do objeto, e do comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo **CONCEDENTE**.

XIII.4 – Para fins de divulgação externa, o **CONVENENTE** se obriga a apresentar, juntamente com o relatório mencionado no item anterior, um resumo, de até 200 palavras, contendo informações relativas aos resultados alcançados pelo PROJETO, no qual deverão ser destacadas até 6 (seis) palavras-chave que melhor caracterizem o conteúdo desses resultados.

XIII.5 – O **CONVENENTE** da Administração Direta ou Indireta do Governo Federal que integre o SIAFI fica dispensado de anexar à prestação de contas os documentos referidos nas letras “c” e “e” do item **XIII.1**, bem como o comprovante de recolhimento do saldo de recursos citado no item **XIII.3** acima.

XIII.6 – A quitação do presente convênio somente se dará quando da aprovação, por parte do **CONCEDENTE**, da **Prestação de Contas Final**, nos seus aspectos técnicos e financeiros.

XIV – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

XIV.1 – Será instaurada Tomada de Contas Especial pelo ordenador de despesas do **CONCEDENTE** ou, na sua omissão, por determinação do Controle Interno ou do TCU, visando a apuração dos fatos relacionados no item **XIV.2**, para identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

XIV.2 – São motivos para instauração de Tomada de Contas Especial:

- a) não apresentação das prestações de contas no prazo de até 30 (trinta) dias da notificação que lhe encaminhada for pelo **CONCEDENTE**;
- b) não apresentação da prestação de contas final no prazo estipulado na cláusula VI.2 deste instrumento;
- c) não aprovação das prestações de contas, em decorrência de:
 - não execução total do objeto pactuado;
 - atingimento parcial dos objetivos avençados;
 - desvio de finalidade;
 - impugnação de despesas;





FIOTEC - Ref. 4252/05

• não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.

d) ocorrência de qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

XIV.3 – A Tomada de Contas Especial será procedida pelo órgão encarregado da contabilidade analítica do **CONCEDENTE**.

XV – PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio e de seus eventuais aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pelo **CONCEDENTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no prazo de vinte dias a contar daquela data.

XVI – RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei n.º 8.666, de 21.06.93, no artigo 36 da Instrução Normativa n.º 01, de 15.01.97, da STN ou em caso de infringência de quaisquer de seus dispositivos, imputando-se às partes a responsabilidade pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

XVII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se especificamente a este instrumento os seguintes diplomas normativos e suas alterações, sem prejuízo dos demais que se lhe apliquem direta ou indiretamente: IN n.º 01 – STN de 15-01-1997; Decreto n.º 93.872 de 23-12-1986; Decreto n.º 3.639 de 23-10-2000; Lei Complementar n.º 101 de 04-05-2000; Lei n.º 8.958 de 20-12-1994; Lei n.º 8.666/93; Lei n.º 4.320/64; Lei n.º 10.973/2004; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Decreto 5.504, de 05 de agosto de 2005.

XVIII – FORO

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Convênio que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo o **CONCEDENTE** optar pelo foro de sua sede.

JRQ



FIOTEC - Ref. 4252/05

As folhas deste Convênio são rubricadas por Affonso Berardinelli, advogado do **CONCEDENTE**, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 31.137, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 05 FEV 2006

Pelo **CONCEDENTE: FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

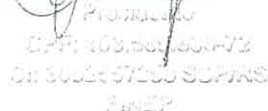

CARLOS ROBERTO ARAGÃO DE CARVALHO FILHO

Diretor


CPF nº 337.000.447-04

C. I. nº 2452157 / IFP/RJ

FINEP



Promotor
CPF: 103.500.504-72
C. I. 2002457000 SUPARS
FINEP

Pelo **CONVENIENTE: FIOTEC – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE**


Nome: José da Rocha Carvalheiro
Cargo: Diretor Executivo
End: R. Fonte da Saúde, 61/apto 901.
CI: 1824485 - SSP/SP
CPF: 015.412.438-62


Nome:
Cargo:
End:
CI:
CPF:


Pelo **EXECUTOR: ENSP – ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA**


Nome: Carlos Machado de Freitas
Cargo: Coordenador de Pós-Grad. ENSP
End: R. General Glicério, 512/apto 501
CI: 06335714-9 - IFP
CPF: 738.622.727-15

Nome:
Cargo:
End:
CI:
CPF:

TESTEMUNHAS:


Nome: Paulo Ferreira Arbes
CPF: 056.995.137-23


Nome: ROBERTO H. G. G. G.
CPF: 095.236.557-01

